

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM

NACIONAL

Nº 82 - 1ª quinzena de Fevereiro/94 - CR\$ 300,00



Ronaldo Kotscho



"A Revolução da Cidadania, que agora desencadeamos, é tarefa para uma geração e só terminará quando o Brasil for capaz de oferecer vida digna aos seus filhos"

(Luis Inácio Lula da Silva)

A caravana das águas

Leia nas páginas 4 e 5

ELEIÇÕES

A coordenação da campanha começa e trabalhar

Página 3

REVISÃO

Leia a íntegra da resolução da CEN

Página 4

SINDICAL

O registro da Conferência Sindical do PT

Página 6

MANIPULAÇÃO

O próprio IBOPE desmente o Estadão

Página 3

Finanças

No ano passado, durante as prévias para a escolha dos candidatos a governador, observamos que muitos DM's não seguiram as determinações em relação à contribuição dos filiados. Vimos que grande parte dos DM's estão em atraso com o repasse das suas contribuições aos DR's. Vemos, por um lado, o Partido fazendo campanha nacional para aumentar suas finanças e, por outro, parlamentares, cargos de confiança dizendo que as contribuições são muito altas — muitos não pagam. Estes fatos vem aproximando o PT das práticas adotadas pelos partidos de direita, tão combatidas por nós. Chegamos ao cúmulo de ouvir alguns filiados, que já passaram por cargos eletivos e direção de sindicato (e que pretendem disputar nova vaga), perguntarem o que o Partido oferece a eles, numa clara alusão a compra de candidaturas. Será que já chegamos a esse ponto? Muitos filiados, trabalhadores comuns, contribuem mensalmente com 1% dos seus salários ao Partido acreditando estarem investindo num ideal maior, investindo no futuro. Entretanto uma grande parte dos filiados não faz suas contribuições (a maioria parlamentares, cargos de confiança, pessoas exercendo mandatos ou membros das executivas). Neste caso pergunto: os critérios e resoluções

serão cumpridos? Os que pagam menos — ou seja, errado — terão os mesmos direitos? Poderão sair candidatos aqueles que durante muito tempo deixaram de fazer suas contribuições?

Muitos podem achar que estas questões não tem nada a ver. Que o importante é botar candidatos na rua, fazer campanha, eleger um grande número de candidatos. Mas estas questões tornam-se fundamentais à medida que assumimos um compromisso e temos que levá-lo a sério na mesma medida que levamos a sério o trabalho dos companheiros no congresso, a candidatura Lula à presidência e a transformação deste país. Seriedade começa dentro de casa, para poder refletir para toda a sociedade.

João Paulo de Oliveira
Secretário de Finanças da
Macro Região ABCDMRR

Você sabia que...

No primeiro mês de 1994, diversos bancos publicaram o balanço dos lucros de 1993, comprovando, em números, os benefícios que desfrutam da crise.

O Citibank teve um lucro líquido de 2,2 bilhões de dólares em 1993, um recorde histórico de faturamento. Fechou 92 com lucro líquido de 722 milhões, isto é, três vezes menos do que em 1993. Outro banco norteamericano, o Chase Manhattan Bank, teve um lucro líquido de 1 bilhão de dólares no ano passado — 51% a mais de lucro, comparado a 1992. Somados os lucros líquidos, apenas esses dois bancos norteamericanos ganharam no Brasil 3,2 bilhões de dólares — cerca de 0,8% de tudo que se produziu no Brasil.

O lucro desses dois bancos é superior ao orçamento de um ano da cidade de São Paulo. Com os lucros desses bancos 640 mil famílias sem terra poderiam ser assentadas; 500 mil moradias populares poderiam ser construídas. Muitos problemas cruciais para a população poderiam ser resolvidos se o país não estivesse sob a batuta dos que nada fazem para mudar a política que garante lucros estratosféricos aos bancos.

Pedex — Programa Educativo da Dívida Externa

EDITORIAL

O 9º encontro vem aí

Neste mês de março estaremos começando os Encontros do PT. A grande imprensa não consegue esconder a dificuldade dos partidos conservadores em construir sua alternativa frente o crescimento da candidatura Lula.

No vale tudo das classes dominantes, vão se enfileirando a manipulação de pesquisas, a guerra da imprensa contra o PT, a tentativa de viabilizar a revisão na marra, o sonho de cacifar o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

Os nossos Encontros serão dedicados à preparação do partido para as eleições gerais. Assim, já os Encontros de base devem centrar a pauta em três pontos:

- 1) a estratégia da campanha eleitoral, nos Estados e a eleição presidencial;
- 2) o programa de governo, também para o Estado e para o Governo Lula;
- 3) as indicações de candidaturas.

Os Encontros são um momento importante da nossa organização política e da ampliação da discussão para todos os petistas.

A convocação e preparação dos Encontros municipais, zonais, de núcleo e setoriais devem garantir a mais ampla participação dos filiados. O texto de diretrizes gerais do Programa de governo Lula já foi divulgado no final do ano passado. Até o final de fevereiro o primeiro projeto de texto geral de programa Lula já deverá estar circulando. O Programa de Governo será também um instrumento importante para discussão com os movimentos sociais,

os setores da sociedade que apóiam ou que queremos trazer para a campanha do PT. Nesse debate estaremos construindo nosso projeto de governo, deixando claro os nossos compromissos.

O Diretório Nacional deverá, ainda em março, aprovar a *Carta Compromisso do Candidato Petista* que será firmada por todos os candidatos. Essa carta, além do Programa e Estatuto do Partido, é a declaração do compromisso do militante petista na sua atuação parlamentar.

Chamamos a atenção para algumas alterações ao regulamento dos Encontros aprovadas pela última reunião da Executiva Nacional:

- a) os delegados para os Encontros Estaduais serão eleitos na proporção de 1 (um) para cada 15 (quinze) presentes nos Encontros de base;
- b) os Encontros Setoriais — realizados em âmbito estadual — podem eleger delegados ao Encontro Nacional na proporção de 1 para 50 presentes.

Os outros itens permanecem, no fundamental, os mesmos já divulgados. As direções Estaduais estão autorizadas, ainda, a alterar as datas dos Encontros nos Estados em uma semana.

No dia 1º de maio estaremos em Brasília, no Encontro Nacional, oficializando a candidatura de Lula à presidência e votando a versão final de nosso programa de governo. Até lá!

Tatau Godinho
Secretária Nacional de
Organização

BOLETIM NACIONAL
Fevereiro/94
1ª quinzena Nº 82

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904
Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação
Markus Sokol

Secretário Adjunto
José Américo Dias

Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTB 18.321

Editoração Eletrônica
William Aguiar

Assinaturas/Expedição
Ronney Lopes

Impressão
Central Print

CAMPANHA LULA

Decisões da Coordenação

(Reunião de 7 de fevereiro)

A) Conselho político de campanha. Integrado por um elenco amplo de expoentes da sociedade civil, artistas, religiosos, intelectuais, jornalistas petistas históricos, sindicalistas etc, terá funções consultivas, avaliando todo o desenvolvimento da campanha, exercendo papel crítico, propondo iniciativas etc. Deverá incorporar nomes dos vários estados e exercer efetivamente um papel orientador para todas as atividades da própria Coordenação.

Foram listados perto de 50 nomes que poderiam integrar o Conselho, sendo que pela importância da lista a seleção deve prosseguir por algum tempo, passando pelo Diretório Nacional de 5 e 6 de março.

B) Foi iniciada a discussão sobre a definição de um responsável pela Campanha Lula em cada estado. Tatau Godinho e Gilberto Carvalho ficaram encarregados de completar o estudo sobre os membros do

Diretório Nacional, definindo quem já é candidato ou coordenador de campanha estadual.

C) Foi agendada reunião da coordenação nacional com a coordenação da campanha estadual de São Paulo (Zé Dirceu).

D) Foi aprofundada a discussão sobre o funcionamento da coordenação dos 13, com sua grave responsabilidade política, compromisso ético etc.

E) Ficou definido que toda reunião da Coordenação (14 horas das segundas-feiras) será iniciada com uma breve avaliação da conjuntura política nacional.

Foram apresentados ainda muitos outros encaminhamentos e propostas que não chegaram à fase de deliberação, ou que também dizem respeito às instâncias dirigentes do PT. A continuidade do exame das questões desta reunião exigiu seu desdobramento numa reunião extraordinária, com Lula, dia 17.

Mapeamento do PG-94

Com um mandato dado pelo Diretório Nacional, a CEN come-çou a discutir a finalização do projeto de Programa de Governo para 94.

Ao contrário do que diz a grande imprensa, trata-se ainda de um projeto que apenas se transformará em Programa do PT depois do próximo Encontro Nacional, em 1º de maio. Até lá, estará sendo debatido nos encontros de base e também com a sociedade.

Quatorze pontos

Quatorze pontos polêmicos foram selecionados por um debate mais detido pela Executiva. Eles formam um "mapeamento" dos problemas mais agudos do atual estágio de construção do nosso Programa de Governo. Para a maioria deles existem

redações alternativas que serão apreciadas pela CEN e, eventualmente, também submetidas aos Encontros. Esses pontos são:

1. Dívida Externa;
2. Proposta para as Forças Armadas;
3. Aspectos da Reforma Agrária;
4. Capítulo de Cultura;
5. Política Anti-inflacionária;
6. Programa de Renda Mínima;
7. Confisco dos lucros especulativos;
8. Controle Público do Estado;
9. O anti-imperialismo;
10. Abertura de monopólios (energia, gás e ferrovias);
11. Estabilidade do Funcionalismo;
12. Voto distrital Misto;
13. Critério de 5% dos votos para direitos partidários;
14. Participação Popular (conselhos populares).

COMUNICAÇÃO

Dia 3, o PT na TV

O programa mais importante do ano. No próximo dia 3 de março, vai ao ar o Programa Nacional de TV do PT.

Com duração de 30 minutos, este programa tem a responsabilidade de fixar a imagem e a proposta alternativa de governo que já reúne 30% das intenções de voto. Trabalhos de especialistas da área indicam que, no Brasil, é nesse momento — antes do início da propaganda eleitoral propriamente dita — que têm se fixado a imagem dos candidatos. Por isso, esse

programa está sendo preparado com especial atenção por uma equipe de profissionais assistida por uma comissão da direção do partido.

A audiência dia 3, às 20:30 hs, deve ser divulgada pela militância. Este é, sem dúvida, um momento privilegiado para reunir os amigos e simpatizantes do PT nos bairros e localidades em todo o Brasil. A campanha está começando e esse pode ser um momento para deflagrar os Comitês Populares Pró-Lula.

O IBOPE E A MANIPULAÇÃO

Lula não perde para ninguém

A matéria de *O Estado de S. Paulo*, do domingo, 6 de fevereiro, com chamada principal de capa — "Lula perde para novos políticos", arreventa com a ética jornalista.

A matéria que dá como referência uma pesquisa do IBOPE é totalmente falsa. O presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, recebeu, no dia 7 de fevereiro, a seguinte nota da Direção de Pesquisa de Opinião Pública e Política do IBOPE, desmentindo a existência de tal pesquisa:

"Leviana e irresponsável"

"Venho por meio desta informar que a matéria divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no domingo dia 06/02/94, atribui ao IBOPE dados de uma pesquisa que não realizamos.

Esclarecemos que o IBOPE não verificou em nenhuma das pesquisas realizadas até agora as situações mencionadas na matéria, ou seja, Antonio Britto, Ciro Gomes ou Jaime Lerner obtendo percentuais mais altos do que os de Lula.

Estamos tomando as devidas

providências para que o jornal faça a correção com o mesmo destaque dado à matéria publicada na edição de domingo, dia 6 de fevereiro, uma vez que as informações já foram veiculadas nacionalmente e estão sendo divulgadas em âmbito internacional, via as embaixadas de Brasília.

Também estamos agindo para que o IBOPE não seja mais envolvido em divulgações levianas e irresponsáveis como esta. Estamos entrando em contato com todos os veículos de comunicação do país para que, ao receberem nossos dados, chequem-os imediatamente com esta diretoria em São Paulo.

Esperamos assim contribuir para que somente informações verdadeiras sejam divulgadas, pois temos consciência da relevância dos resultados de nossas pesquisas no contexto político nacional.

Certos de contar com sua compreensão e colaboração, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Marcia Cavallari Nunes, Diretora de Pesquisa do IBOPE."

NOTA DA CEN

Contra o Plano FHC - 2

Passados alguns meses desde o anúncio do novo plano econômico do Governo Federal, confirmaram-se as avaliações feitas pelo Partido dos Trabalhadores. Desvinculado de um projeto nacional abrangente, que relance em novas bases um ciclo de desenvolvimento sustentado, o plano é incapaz de atingir as causas centrais da crise brasileira. O setor financeiro permanece virtualmente intocado em suas fontes de ganhos especulativos, recaindo — como das vezes anteriores — todo o peso do ajuste sobre os assalariados e o setor público. Com as receitas indexadas em UFIR e as despesas avaliadas em cruzeiros, o orçamento federal não se presta a nenhum planejamento sério. Preconiza cortes dramáticos e desordenados de gastos sociais e de investimentos. O Banco Central continua sem cumprir suas funções fundamentais, especialmente a defesa da moeda nacional, rolando a dívida interna a prazos curtíssimos, numa política monetária perversa que privilegia ganhos extraordinários para os detentores de riqueza.

Os oligopólios continuam a fazer remarcações predatórias, toleradas pelo governo como sempre. E a alardeada solidez das contas cambiais do país é em larga medida ilusória, pois é fabricada pela atração de capitais especulativos, que só investem no curto prazo, atraídos por taxas de juros altíssimas e pela transformação das bolsas de valores em grandes cassinos.

Concentração de renda

Os primeiros resultados do plano estão aí: o mero anúncio da URV provocou uma forte aceleração da inflação, causada pela remarcação desenfreada de preços — a inflação passou de um patamar de pouco mais de 30% ao mês, em novembro, para 40%, ou mais, em dezembro e janeiro. Isto deu lugar a um novo ciclo de acelerada concentração de

renda, com perdas enormes para os salários reais.

Por outro lado, a introdução do plano, com a transição prevista para reajustes de preços em prazos de mais curtos ou diários, aumenta os riscos de hiperinflação.

Se não houver resistência dos trabalhadores e das forças progressistas, as perdas já ocorridas serão consagradas e ampliadas quando da conversão de salários e preços para a URV: os primeiros seriam mais uma vez convertidos pela média e os segundos não estariam sujeitos a nenhum controle eficaz.

Tudo indica que o povo brasileiro está diante de uma nova manipulação eleitoral, pois uma eventual queda dos índices de inflação, medidos em URV, não se traduzirá em distribuição de renda, melhora da qualidade de vida, estabilização duradoura ou retomada de um crescimento sustentado.

Muito embora venha sendo enfatizado pelo governo que a grande vantagem do Plano FHC-2 é seu caráter não impositivo, aberto à discussão com a sociedade, o fato é que a chamada “3ª fase”, a da criação de uma nova moeda, que é o próprio coração do plano, está envolta em mistério. O governo está impedindo portanto um debate transparente a respeito.

As indicações vão no sentido da dolarização da economia, de forma mais ou menos aberta.

A dolarização significa abdicar de parte fundamental da soberania nacional. Significa renunciar a políticas autônomas no campo monetário e cambial, ficar dependente de decisões de autoridades estrangeiras e deixar o país sem instrumentos de defesa diante das oscilações de taxas de câmbio e de juros do dólar. Além disso, qualquer continuidade da inflação na nova moeda, mesmo reduzida, provocaria perda de competitividade internacional e prejuízos à indústria nacional e, conseqüentemente, maior dependência do endividamento externo. Foi o que

ocorreu no México e na Argentina. Aumentaria a vulnerabilidade a crises de balanço de pagamentos, que deixariam o país mais frágil diante de pressões externas.

A experiência de outros países da América Latina mostra, ademais, que a dolarização é dificilmente reversível. Assim, se o plano tomar o rumo que está indicado, o país estará caindo em uma armadilha que compromete de forma duradoura seus objetivos estratégicos.

Vem de Washington

As propostas de dolarização, atribuídas erroneamente ao Ministério da Fazenda, têm na verdade origem em Washington.

É bom ressaltar ainda que integram o plano uma série de emendas constitucionais claramente privatistas e inspiradas pelo FMI.

Assim, o PT se opõe ao Plano FHC-2:

- Basta de arremedios e remendos. O Brasil precisa de uma grande transformação. A inflação é um dos principais males que afligem o nosso país gera apartheid social, agrava a miséria. É preciso combatê-la com determinação, com políticas que integrem ao mesmo tempo um projeto nacional abrangente, apontando para um crescimento sustentado da economia a longo prazo, com distribuição de renda e da riqueza.
- O PT é contrário à orientação geral do plano FHC-2, que embute perdas salariais e reconcentração de renda, e caminha na direção da dolarização da economia.
- O PT denuncia o caráter eleitoral do plano.
- O PT estará presente, com participação ativa, nas manifestações populares e sindicais contra os efeitos do plano.
- No Congresso Nacional o PT não concorrerá para a aprovação global do Plano FHC-2.

São Paulo, 8 de fevereiro de 1994

Começa a

Acabamos de visitar dois milhões de heróis nacionais. Uma realidade ignorada pela elite brasileira reforçou a certeza de que o futuro poderá ser radicalmente generoso.

As soluções para a Amazônia estão na própria Amazônia: esta é a principal conclusão a que chegaram quase 100 homens e mulheres, entre dirigentes políticos, religiosos, líderes sindicais e empresariais, cientistas e estudiosos da região que participaram desta caravana. A cada noite, após os contatos, debates e atividades do dia, eles se reuniam no convés do navio, naquilo que chamamos de “Universidade da Cidadania”, para sistematizar conhecimentos e contribuir para o Programa de Governo que apresentaremos à Nação no próximo dia 1º de maio.

O que vimos

Não podemos mais falar na região amazônica como uma só, tal é a diversidade de realidades na sua imensidão, tanto na abundância aparente de suas riquezas como na erosão do patrimônio natural. O que agrava terrivelmente as condições de vida do povo das mais diferentes regiões amazônicas é o isolamento crônico — ausência de comunicação, transporte, agências bancárias, órgãos públicos para conseguir documentos, informação e participação na vida nacional. Aposentados gastam até metade dos seus proventos no transporte até uma agência bancária. Se por um lado o poder central é absolutamente omissivo no atendimento das necessidades básicas, de outro permanecem os abusos do poder público controlado pelas oligarquias. Fabricas de farinha sem mandioca, hospitais sem médicos, escolas em escombros ou estadas sem ponte passaram a

TA DA CARAVANA DAS ÁGUAS

Revolução da Cidadania



fazer parte da paisagem. Mais do que em qualquer outra região do país, torna-se imperioso iniciar um processo de reforma agrária combinado com uma política agrícola voltada para o pequeno e médio produtor. Desde o regime militar, sem registro de qualquer mudança de procedimento, a política agrícola favorece os grandes proprietários e as empresas agrícolas nacionais e multinacionais em detrimento do pequeno produtor. Sem uma política de crédito e preços mínimos, sem assistência técnica adequada, cresce a dependência em relação ao sul do país para o abastecimento da região, provocando a explosão de preços. O ciclo de terra arrasada se completa com a falta de recursos e a destruição dos institutos de pesquisa. O mesmo se dá no campo da matriz energética, com a construção de megabarragens com consequências desastrosas para a população e altamente lucrativas para as empreiteiras, sem respeitar o meio ambiente.

Propostas

Ao longo da caravana foram recebidos centenas de documentos contendo reivindicações, propostas e sugestões de entidades da sociedade civil e movimentos populares, dos remanescentes de quilombos, aos principais líderes empresariais, encaminhados à Coordenação Geral do Programa de Governo.

Um fato é certo: a dramática realidade das populações visitadas mostrou a necessidade premente

da adoção de ações emergenciais logo nos primeiros dias do novo governo.

Outra prioridade destacada em todos os encontros foi a implantação de pequenas indústrias de transformação da produção agrícola e extrativista acompanhada do incentivo às técnicas de manejo, aproveitamento integral e reciclagem de recursos naturais. O que falta para o país é um governo comprometido com a vontade popular e com o atendimento às necessidades básicas do povo brasileiro.

A Revolução da Cidadania, que agora desencadeamos com as visitas aos mais de 600 municípios em todos os Estados da Federação, é tarefa para uma geração e só terminará no dia em que o Brasil se mostrar capaz de oferecer uma vida digna a todos os seus filhos, sem exceções nem privilégios. Vamos buscar, sim, a parceria com a iniciativa privada para a implantação de projetos vitais na área de infraestrutura, com novos padrões de relacionamento, sempre priorizando a ação social voltada para os interesses da maioria e da soberania nacional. A Caravana das Águas representou para nós mais uma importante etapa neste processo que procura resgatar a dignidade e o orgulho do povo brasileiro massacrado pelos sucessivos governos, mas ainda vivos na esperança destes dopis milhões de heróis amazônicos que nos receberam com carinho.

Luis Inácio Lula da Silva
presidente nacional do PT

A BANCADA E A REVISÃO

PT mantém a obstrução

Pouco antes do carnaval, o Congresso Nacional aprovou em primeira votação o Fundo Social de Emergência, eixo do Plano FHC-2 (veja ao lado). Foi a única decisão significativa do processo da revisão constitucional tomada até agora. A bancada não participou da votação do mérito: obstruiu. Depois, embora estivesse autorizada a votar a favor de alguns destaques ao FSE, a bancada terminou prejudicada por uma manobra do governo que derrubou os destaques em bloco.

Objeto de uma ruidosa polêmica entre a bancada e a direção executiva do partido, a questão da participação na Revisão voltará a ser discutida entre estas instâncias depois do carnaval, ainda antes da votação em segundo turno do FSE, como prevê a resolução abaixo:

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, em reunião conjunta com a Coordenação da Bancada Federal resolve:

1. O PT, através da Comissão Executiva Nacional e da Bancada Federal, reafirma sua posição contrária à Revisão Constitucional. Todos os fatos novos — a presença dos deputados indiciados por corrupção, a escandalosa anistia aos latifundiários, a manipulação autoritária por parte do relator-lobista — confirmam a necessidade de continuarmos a obstruir a revisão, afim de bloqueá-la e restringir seu alcance.

Dia Nacional de Luta

2. O PT faz eco ao sentimento manifestado por diversos setores da sociedade contra a continuação do processo revisional e conchama seus militantes a engrossarem o Dia Nacional de Luta contra a Revisão Constitucional, em 22 de fevereiro próximo.

3. A CEN, em conjunto com a Bancada federal, se empenhará

para que o processo em curso não ultrapasse o dia 15 de março, bem como estabelecerá contatos com lideranças partidárias visando preservar os direitos fundamentais, a intocabilidade dos monopólios estatais e as conquistas dos trabalhadores já inscritos na Constituição. Do mesmo modo, buscará acordos parlamentares para impedir as tentativas conservadoras de tecer uma camisa de força institucional para o futuro governo Lula.

Agenda Máxima

4. A CEN orienta a Bancada Federal a iniciar estes contatos visando a definição de uma agenda máxima a ser debatida em conjunto com a direção do partido.

5. A CEN reafirma que o PT não concorrerá para a aprovação global do Plano FHC2, entre outros motivos, por considerá-lo ineficaz no combate à inflação. O PT se opõe ao Fundo Social de Emergência, introduzido na revisão de forma casuística, com o objetivo de tentar deslanchar o processo revisional. Não obstante, caso seja aprovado o Plano, fica a bancada autorizada a empenhar-se na taxaço do lucro dos bancos e na rejeição das medidas que cortam recursos vinculados à saúde, educação, habitação e seguro-desemprego.

6. A CEN denuncia a manobra dos meios de comunicação de buscar confundir a opinião pública acusando os parlamentares do PT de "gazeteiros" quando estão presentes no Congresso mas fazendo obstrução.

7. A CEN convoca uma reunião com a Bancada Federal para o dia 18 de fevereiro a fim de fazerem uma avaliação dos desdobramentos da Revisão e, em conjunto, adotarem novas decisões.

Comissão Executiva Nacional
São Paulo, 07 de fevereiro de 1994.

Conferência Sindical Nacional

Sob coordenação da Secretaria Sindical Nacional (SSN), realizou-se em dezembro, no Instituto Cajamar (SP), uma Conferência Sindical com a participação de 59 delegados de 14 estados, além de dirigentes nacionais do PT e da CUT. Seu objetivo principal foi discutir a atuação do movimento sindical petista na campanha Lula-94, no processo de discussão do Programa de Governo e o papel desse setor partidário no futuro governo. As decisões da Conferência tiveram caráter indicativo, podendo ser transformados em resoluções se aprovados no 9º Encontro do PT, em abril.

Ali surgiram críticas sobre a forma antidemocrática em que se baseiam as relações entre petistas nos processos eleitorais sindicais e nas instâncias da CUT; sobre a acomodação de nossos sindicatos à atual estrutura (getulista) e à inexistência de organizações por local de trabalho. Para este tema surgiram as proposta de abrir um debate nacional, para discutir várias visões de estrutura sindical, e de realizar uma campanha nacional em defesa da liberdade e autonomia sindical.

Nova crítica registrada na conferência atingiu, por seu distanciamento, os sindicalistas "de

peso". Para superar este estágio, foi proposto que a direção do partido desestimule os diálogos privilegiados fora das instâncias partidárias e convoque os nossos sindicalistas a participarem do Coletivo Sindical Nacional. Decidiu-se, ainda, desencadear uma ampla campanha de filiação de sindicalistas ao PT e desenvolver uma campanha nacional de nucleação de categorias e intercategorias.

Em relação ao 5º CONCUT, a conferência propôs como linha política a unidade dos petistas em relação a CUT. A unificação do programa permitiria a participação coesa dos petistas enquanto chapa

no 5º CONCUT. Esta proposta difere de chapa único no Congresso. Não inviabilizaria propostas do Diretório Nacional e da CUT, e serviria para buscar em primeiro lugar a unidade.

Discutindo a participação do setor na campanha Lula-94, a conferência propôs a realização de um manifesto aos sindicalistas petistas, conclamando o engajamento imediato do Movimento Sindical e a participação organizada na discussão do PG Lula-94 — com atividades coordenadas pelo Coletivo Sindical Nacional e pelas SSE's.

Neste momento do debate — sobre como CUT e Sindicatos filiados

podem intervir no processo eleitoral — houve muita discussão e pouco consenso.

Polêmica

Foram apresentadas três propostas: 1 - Os petistas devem defender na CUT e nos sindicatos, através da discussão do PG, apoio imediato político e de infra-estrutura à candidatura Lula e às candidaturas proporcionais vinculadas ao nosso projeto. Defender, também, que o 5º CONCUT dê o apoio político formal (via Programa) à candidatura Lula.

Esta proposta, defendida amplamente, deverá ser ainda discutida nas diversas instâncias do Movimento Sindical e do PT.

2 - A discussão deve restringir-se ao apoio à candidatura Lula e apenas no 2º turno.

3 - O apoio à candidatura Lula pelo Movimento Sindical, através de seus organismos, fere a liberdade e autonomia sindical; os sindicalistas devem participar do processo individualmente, deixando de fora as entidades sindicais em todos os níveis. Proposta defendida por apenas um delegado.

Por fim, a Conferência propôs: defesa da independência da CUT e do Movimento Sindical em geral frente ao Governo Lula.

Temário e conferencistas

A importância da Conferência para o PT: O Movimento Sindical — seu papel no Governo Democrático e Popular. Luís Inácio Lula da Silva.

Participação dos Sindicalistas no Partido: O caráter do partido e suas responsabilidades com as classes trabalhadoras. Professor Ricardo Antunes.

Estratégia Política do PT e a Estratégia Sindical da CUT: Objetivos estratégicos do PT; O

Movimento Sindical e sua relação com os objetivos. Rui Falcão e Jair Meneguelli.

Movimento Sindical e as Eleições 94: Participação efetiva no Programa de Governo Lula 94. Gilmar Carneiro e Telma de Souza.

Participação Petista no 5º CONCUT: As eleições 94 como centro da tática petista. Vicente Paula da Silva (Vicentinho) e Miguel Rosseto.

CUPOM DE ASSINATURA

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____ Telefone _____

Cidade _____ UF _____

Assinatura semestral (12 edições) CR\$ 3.000,00

Assinatura anual (24 edições) CR\$ 6.000,00

preço válido até 28/02

FORMAÇÃO POLÍTICA

Seminário sobre PG

A Secretaria Nacional de Formação Política lembra aos interessados em participar do Seminário sobre Programa de Governo — que se realizará entre 25 e 27 de fevereiro, no Instituto Cajamar (SP) — que as inscrições devem ser feitas até o dia 21 deste mês, com a SNFP ou grupo de apoio do DN. As despesas de estadia dos representantes indicados pelos estados (exceto São Paulo) serão cobertas pela Tesouraria Nacional — será realizado

rateio das despesas de viagem para um (1) representante por estado. O seminário, que deverá subsidiar a discussão do projeto de Programa de Governo no conjunto do partido, seguirá o seguinte temário: Crise Atual, Cenários 94-95 e a Luta pelo Socialismo; Programa Econômico; Reforma e Democratização do Estado, Cidadania, Participação Popular; Políticas Públicas e Cidadania; Oficina sobre discussão do Programa nos Estados.

DIA 3, às 20:30 — PT na TV

RELACÕES INTERNACIONAIS**Encontro em Cuba**

Entre os dias 24 e 30 de janeiro realizou-se em Havana, Cuba, o IV Encontro Latinoamericano e do Caribe, pela Solidariedade, a Soberania, a Autodeterminação e a Vida de Nossos Povos.

A Secretaria de Relações Internacionais, representada pela companheira Clara Charf, participou das reuniões preparatórias. A delegação era composta por sindicalistas, religiosos, intelectuais, parlamentares, militantes de movimentos populares e representantes de vários partidos políticos, entre eles um grande núcleo de petistas. A direção do partido indicou Ilário Marques, prefeito de Quixadá (CE) e membro do DN, como seu representante. Abaixo seu depoimento:

Expectativa

"Foi um grande momento de conagração da esquerda e das forças progressistas latino-americanas.

O número de participantes, quase mil, o interesse dos mesmos nos debates e as oportunidades de contatos feitas neste seminário são exemplos do sucesso deste evento. Esse encontro deixou em evidên-

cia a solidariedade que os povos latinoamericanos e caribenhos têm pelo povo cubano, reprovando de forma contundente o criminoso bloqueio econômico comandado pelo governo norte-americano contra Cuba.

A participação do PT foi marcada pelo respeito e admiração que os demais países participantes têm pelo nosso partido e não pela forma planejada, organizada e com atribuições voltadas para o encontro como deveria ser se a direção do PT dedicasse a estes eventos a devida atenção que se exige de um partido que é hoje o maior referencial na história da esquerda na América Latina.

Fomos muito procurados por inúmeras entidades, partidos políticos, ONG's e isto se deve ao prestígio que o PT tem lá fora. É importante constatar ainda a inerível expectativa que esses organismos internacionais depositam numa possível vitória do Lula e mais ainda a confiança que têm num provável governo petista para o Brasil, sendo conceito unânime que esta vitória representa uma grande virada na correlação de forças da esquerda na América Latina".

Reunião do Foro

Nos dias 29 e 30 de janeiro reuniu-se em Havana, Cuba, o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo. Marco Aurelio Garcia, representante do PT, manifestou que a reunião, onde se fez um balanço da situação dos países latinoamericanos, foi muito positiva.

A discussão sobre a conjuntura eleitoral no continente revelou dados otimistas para as forças de esquerda em varios países.

Os partidos do Foro de São Paulo, fortemente empenhados nestes processos, decidiram que a V Reunião Plenária será no início de 1995, em Montevideo, Uruguai.

Ficou acertado também a realização de vários seminários: dois sobre Políticas Municipais, no México e no Brasil, e um outro sobre Programas de Governo, com o objetivo de discutir aspectos convergentes e intercambiar experiências, o que certamente deverá multiplicar as repercussões das campanhas das esquerdas.

Por outro lado, ficou definido que durante o ano de 94 se realizará o Encontro do Foro de São Paulo com partidos europeus e ainda sua participação no Global Forum, grande evento que está sendo organizado em Manchester, Inglaterra.

BELO HORIZONTE**Contra o cartel das empreiteiras**

Desde já, o PT e seus demais aliados podem iniciar um processo de denúncia e desmanche do esquema dos poderosos. Além de insistirmos na intalação da "CPI das Empreiteiras" no Congresso Nacional, devemos, através de nossas bancadas municipais e estaduais, propor a criação de outras comissões para investigar as grandes construtoras do país e seus negócios com o governo.

Em Belo Horizonte, essa iniciativa já foi adotada. No mês de outubro de 93, o vereador Rogério Correia solicitou à Câmara Municipal a criação de um Comissão Especial para acompanhar os trabalhos da CPI do Orçamento. A justificativa foi de que as empreiteiras denunciadas no Congresso Nacional também atuaram na capital

mineira, controlando as principais obras de infraestrutura e viárias da cidade.

As investigações preliminares resultaram na intalação de uma CPI, em dezembro do ano passado. Mesmo com todas as óbvias dificuldades que temos enfrentado (pressões políticas, ausência de uma imprensa tradicionalmente investigativa, composição partidária na Câmara), a Comissão tem conseguido levar em frente seus trabalhos. O mesmo procedimento pode ser adotado por outras cidades do país. Se não conseguirmos desbaratar o cartel das empreiteiras — que atua nacionalmente —, pelo menos denunciaremos uma situação que tem agravado a crise econômica e submetido milhões de brasileiros à miséria. O resto, virá com Lula-lá.

Batalhando readmissões

Os deputados Paulo Paim, Maria Laura e Carlos Santana participaram, juntamente com outros membros da Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados e do Comando nacional dos Demitidos do Plano Collor, de uma audiência com o presidente Itamar Franco. O presidente, após vetar o projeto anistiando os servidores, comprometeu-se a editar uma medida provisória de

modo a anistiar aqueles que foram demitidos ilegalmente. Na ordem de readmissão, terão prioridade, segundo o acordo, os trabalhadores que estão hoje desempregados e os que têm salários mais baixos. No final do encontro, Itamar disse que a medida provisória será elaborada com a participação do Comando dos Demitidos e de parlamentares.

GOIÂNIA

Alfabetizando jovens e adultos

O sucesso do projeto de Alfabetização de Adolescentes, Jovens e Adultos (AJA) implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia está comprovando. A partir do dia 10 de fevereiro, a SME estará matriculando novo alunos interessados no projeto.

O projeto AJA possui, hoje, 900 alunos distribuídos em 27 turmas espalhadas na periferia de Goiânia — está funcionando nas escolas municipais da Vila Finsocial, Mutirão III, João Braz, do Conjunto Vera Cruz V, Jardim Nova Esperança e nos Colégios Jarbas Jayme, Eva Vieira de Almeida, Maria Genoveva, Lourenço Ferreira, Nicenor de Assis Albermaz, Presidente Costa e Silva e Zevera Vecci.

Ele tem característica bem definidas. É organizado em módulos trimestrais, dotado de terminalidade e continuidade, horários flexíveis, conteúdo, metodologia e avaliação livres e experimentais, e programação cultural semanal. Os professores têm o acompa-

nhamento de monitores e a relação professor/aluno é marcada pela necessária franqueza, amizade e confiança.

A prefeitura petista de Goiânia, que definiu como uma de suas prioridades alcançar uma nova qualidade de ensino, a democratização do acesso e a permanência de todos na escola; trabalha, para isso, dois pontos fundamentais: a gestão

democrática e a valorização do profissional da educação. Com essas diretrizes e em consonância com as orientações do Ministério da Educação, a SME tem trabalhado a questão da educação dos adolescentes, jovens e adultos, com estudos, projetos específicos e criação de uma alternativa de curso regular que atenda as necessidades dessas faixas etárias.



CAMBUÍ

Um ano depois

Completando um ano de administração, o prefeito petista de Cambuí (MG), Marcus Bayeux, levanta, em seu balanço da administração, uma questão que a população não pode esquecer: "Praticamente nada foi realizado em nossa cidade nos últimos dez anos. Qual o motivo da dívida que nos deixaram se não houve obras para comprová-las?"

A herança maldita que recebeu ao assumir — desorganização administrativa, salários atrasados, máquinas quebradas, credores na porta — gerou a incompreensão de parte da população, que esperava mudanças imediatas. O trabalho mais árduo em 93 foi realizar mudanças estruturais, como a reforma administrativa, que descentralizou a administração, a realização de concurso público, que regularizou a situação dos servidores, e a Criação do Fundo de Aposentadoria do Servidor Público Municipal.

Agora a prefeitura está colocando os documentos sobre as dívidas herdadas à disposição, para análise dos munícipes. "Vivemos um momento em que o resgate da ética política é uma manifestação de cidadania. Assim, insistimos nas denúncias contra as duas administrações anteriores para que os nossos cidadãos tenham conhecimento dos desmandos praticados com o dinheiro público", afirmou Bayeux.

Mas, apesar da âncora de herança o barco não afundou. Em 93 foram criados 200 novos empregos — estão previstas mais 100 novas vagas para 94 — e todas as escolas da área rural foram municipalizadas. Em 94 Cambuí recebe mais uma escola, um núcleo odontológico e escola para deficientes. A obra mais urgente, e de maior porte, que a prefeitura terá que realizar — sistema de captação e distribuição de água e escoamento das águas pluviais — vai exigir recursos externos, que provavelmente não seriam necessários não fosse o rombo deixado pelas administrações anteriores.



Já saiu a edição nº 23 da Teoria & Debate

Neste número você tem um encontro com Cid Benjamin; Paulo Nogueira Batista Jr., Igor Fuser, Maria Rita Kehl e Maria Augusta Capistrano.

Assine pelo fone:
(011)220.2103

Ato contra condenação

O Comitê de Solidariedade a Edison Cardoni, lutando pela anulação de sua condenação política, está fazendo uma grande convocação para um ato público que se realizará dia 3 de março, (quinta-feira) às 19 horas na Câmara Municipal de São Paulo. O comitê, formado em 12 de janeiro, reúne nove sindicatos da capital e da grande São Paulo, entidades como a APEOESP, UNE, AGEN e Movimento Nacional de Direitos Humanos, além de representantes dos partidos políticos PT, PCB, PSTU e PCdoB.

Este comitê chama, agora, à participação todas as demais entidades democráticas e populares e o conjunto da sociedade a se engajarem nesta luta, que visa rebater o ataque à democracia e ao movimento popular que essa condenação representa.

Para entrar nesta batalha, o comitê propõe duas tarefas práticas aos interessados em participar da campanha: coleta de assinaturas para um abaixo assinado a ser encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e envio de telegramas (de entidades e personalidades) dirigidos ao desembargador Francis Selwyn Davis — Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Praça da Sé, s/nº, presidência, São Paulo/SP, CEP 01018-900 — apelando pela não condenação política de Edison Cardoni.

As cópias de telegramas e os abaixo-assinados devem ser enviados para a sede do Comitê, no Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, Rua Mauá, 878, casa 14 — Vila dos Ingleses (fones: 011-229.4953/229.7989; fax: 229.5527).